**Declarações de Compromisso (minuta Copromotor)**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (entidade copromotora), com o NIF\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ copromotor do projeto, com o NIF apresentado pelo(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome do promotor) ao Aviso de Concurso \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (identificar), declara que:

**Ponto 1 – Geral**

* Declaro que autorizo a utilização dos dados constantes do formulário de candidatura para outros sistemas no âmbito do PT2020, salvaguardando o sigilo para o exterior.
* Declaro que todas as informações constantes desta minuta e colocadas no formulário são verdadeiras, incluindo a veracidade dos pressupostos utilizados na definição do projeto de investimentos apresentado pelo promotor da candidatura.
* Declaro cumprir as obrigações relativas ao Responsável pelo Tratamento de dados pessoais, nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativamente aos dados pessoais constantes no formulário de candidatura.

**Ponto 2 – Critérios de Elegibilidade do Copromotor**

* Declaro e, comprometo-me a apresentar a documentação que me for solicitada para efeitos de comprovação, que o copromotor está em condições legais para desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia de operações e investimentos a que me candidato - alínea c) do Artigo 13º do DL nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.
* Para efeitos do cumprimento do disposto alínea i) do artigo 13º do DL nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, declara-se que o copromotor deste projeto não detém nem deteve capital numa percentagem superior a 50%, direta ou indiretamente, em empresa que não tenha cumprido notificação para devolução de apoios no âmbito de uma operação apoiada por fundos europeus.
* Declaro que o copromotor dispõe de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável (alínea a) do nº 1 do artigo 5º do RECI, na sua atual redação).
* Declaro que não sou uma entidade sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno (alínea c) do nº 1 do artigo 5º do RECI, na sua atual redação).
* Declaro que o copromotor não tem salários em atraso (alínea d) do nº 1 do artigo 5º do REC, na sua atual redação).
* Declaro que o copromotor reúne as condições quanto ao cumprimento do critério de elegibilidade previsto na alínea b) do artigo 13º do DL nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, relativo à situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social.
* Declaro que o copromotor tem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI, conforme previsto na alínea e) do artigo 13º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

**Ponto 3 Critérios de Legibilidade do Projeto:**

* Enquanto copromotor do projeto conjunto comprometo-me a verificar que cada empresa beneficiária participante no projeto cumpre com os critérios de elegibilidade estabelecidos no Aviso.

**Ponto 4 - Obrigações do Promotor**

* Tomei Conhecimento e declaro estar em condições de cumprir com as obrigações estabelecidas no Artigo 24.º, na sua atual redação, nos artigos 12.º e 54.º e no Aviso de Concurso.
* Proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação Europeia e Nacional aplicável, nomeadamente através da publicitação no website do copromotor de uma ficha de projeto.

**A Entidade copromotora,**

**(Pessoa com poderes para obrigar a entidade)**

**Condições a inserir apenas quando aplicável:**

**Ponto 2:**

* Declaro que, para aferir a situação líquida positiva, conforme previsto no n.º 3 do Anexo F do RECI, na sua atual redação, caso seja aplicável à presente candidatura, apresento um balanço intercalar certificado por um ROC.

**Ponto 4:**

Sendo uma entidade adjudicante, nos termos do artigo 2.º do código de Contratação pública, declaro cumprir o regime legal de contratação pública.